



# **Câmara Municipal de Pradópolis**

## **ESTADO DE SÃO PAULO**

C.M.P. 13/AGO/2018 09:44 000006314

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Voto** ao Projeto de Lei nº 033, de 06 de agosto de 2018, do Poder Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.122.650,00 no orçamento vigente e dá outras providências.

#### **I – Relatório**

O Prefeito Municipal, Silvio Martins, propõe a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$1.122.650,00 (um milhão, cento e vinte e dois mil, seiscentos e cinquenta reais) no orçamento vigente, por anulação de arrecadação.

Segundo a mensagem do projeto, a abertura do crédito adicional suplementar visa o remanejamento de dotações orçamentárias para o pagamento de despesas correntes nos departamentos de administração; procuradoria jurídica; educação; esporte e lazer; cultura; saúde; assistência social; trânsito e transporte; saneamento básico e meio ambiente.

Em 09 de agosto de 2018, o Prefeito Municipal convocou a instalação de sessão extraordinária para discussão e deliberação do referido projeto, em regime de urgência especial, conforme Ofício protocolado nesta Casa de Leis sob o nº 000006313.

#### **II – Análise**

Primeiramente, não se verifica qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade formal no projeto em apreço, uma vez observadas as disposições dos art. 37, IV, da Lei Orgânica do Município, e do art. 61, §1º, II, “b”, da CF/88, no que tange à iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal para projetos de lei que autorizem a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento vigente.

Quanto ao mérito, ressalta-se que o projeto observa as disposições da Lei Municipal nº 1.518/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), e da Lei Municipal nº 1.540/2017 (Lei Orçamentária Anual) acerca da abertura de créditos adicionais suplementares.

No que tange à aplicação de recursos nas áreas da educação, do esporte e lazer e da cultura, cumpre-se com o dever da Administração Pública Municipal de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, além de oferecer os insumos necessários à boa qualidade da educação pública, nos termos do art. 5º, V, da Lei Orgânica do Município; do art. 23, V, da Constituição Federal de 1988; e da Lei Federal nº 9.394/1996.

Já a aplicação de recursos na área da saúde e saneamento básico cumpre com a obrigação da Administração Municipal de prestar serviços de atendimento à saúde da população, conforme dispõe o art. 30, VII, da Constituição Federal de 1988, e com observância aos arts. 2º, 4º, 6º, 7º e 15 da Lei nº 8.080/1990.

No mesmo sentido, a aplicação de recursos no Departamento de Assistência Social cumpre com o dever da Administração de prestar assistência social à população, conforme dispõem o art. 5º, II, da Lei Orgânica do Município, e os arts. 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, com observância às diretrizes da Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social).



# Câmara Municipal de Pradópolis

## ESTADO DE SÃO PAULO

A aplicação de recursos nas áreas de trânsito e transporte, por sua vez, com a obrigação imposta à Administração Municipal de organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, o serviço público de transporte coletivo, de caráter essencial, bem como de promover o planejamento e o controle de uso do solo urbano, conforme os incisos V e VIII do art. 30 da CF/88.

Igualmente, a destinação de recursos para a execução de obras e serviços, incluindo a manutenção de praças, parques e jardins, cumpre com o dever da Administração Pública Municipal de proteger, preservar e recuperar o meio ambiente construído da cidade, nos termos do art. 1º, parágrafo único, X, da Lei Orgânica do Município, e do art. 2º, XII, Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Não obstante, a realocação de recursos financeiros, de uma forma geral, cumpre com o dever da Administração Municipal de atuar com responsabilidade na gestão fiscal, mantendo o equilíbrio das contas públicas mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas, bem como obedecendo aos limites e condição de geração de receitas e despesas, nos termos do artigo 1º, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Por fim, observa-se que o projeto em tela não apresenta qualquer incongruência lógica, gramatical ou textual.

### III – Voto

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional, legal e jurídica, e de boa técnica legislativa; no mérito, também deve ser acolhido.

Voto, portanto, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2018.

**"PELAS  
CONCLUSÕES"**  
*[Assinatura]*

**DANIEL DE SOUZA SILVA**  
Relator

**"PELAS  
CONCLUSÕES"**  
*[Assinatura]*





# **Câmara Municipal de Pradópolis**

## **ESTADO DE SÃO PAULO**

C.M.P. 13/AGO/2018 09:48 000006315

### **RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR**

#### **Parecer da Comissão de Justiça e Redação**

**Nº 032/2018**

A Comissão de Justiça e Redação, em sessão de 13 de agosto de 2018, opinou unanimemente pelas constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 033, de 06 de agosto de 2018.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Daniel de Souza Silva, Fabio Pereira da Costa e Nelson Cândido de Souza.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2018.

  
DANIEL DE SOUZA SILVA

Relator da Comissão

  
FABIO PEREIRA DA COSTA

Vice-Presidente

  
NELSON CÂNDIDO DE SOUZA

Membro

